

Pressupostos para uma discussão sobre História da Comunicação

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo



Maura Oliveira Martins

Mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS (2005), Jornalista formada pela UFSM (2001).

Atualmente, professora-pesquisadora das Faculdades Integradas do Brasil – UniBrasil, e coordenadora adjunta do curso de Jornalismo, em Curitiba, PR. Email: mauramartins@gmail.com.

Resumo:

O intuito do presente artigo é oferecer alguns marcos teóricos iniciais para o ensino de História da Comunicação em turmas de graduação. Utilizando como principais referenciais reflexões das obras “Como se escreve a história”, de Paul Veyne, e “Uma história social da mídia – de Gutenberg à Internet”, de Asa Briggs e Peter Burke, pretende-se discutir alguns lugares-comuns normalmente repetidos sobre a narrativa histórica, assim como propor pressupostos pedagógicos para se iniciar a reflexão na disciplina.

Palavras-chave:

Jornalismo. Metodologia de ensino. História da comunicação.

Abstract:

This article intends to offer some initial theoretical points for the learning of the history of the media by college students. It uses as central references the reflections found in studies as “Writing Story: Essay on Epistemology”, by Paul Veyne, and “A Social Story of the Media – from Gutenberg to the Internet”, by Asa Briggs and Peter Burke. It’s intended to discuss some erroneous ideas normally repeated about the narrative of the history, as well as to propose some pedagogic purposes to begin the work in this course.

Keywords:

Journalism. Teaching methodology. History of the media.

Pressupostos para uma discussão sobre História da Comunicação

Em sua conhecida reflexão, Veyne (1998) propõe uma leitura original e algo polêmica sobre a escritura da história. Para o autor, antes de configurar-se como uma ciência, com métodos bem definidos, a história apresenta-se como uma narrativa de eventos, cuja condição para que sejam selecionados é que, de fato, tenham ocorrido, sejam factuais. Ou seja, a narrativa histórica – assim como a narrativa literária, ficcional, e mesmo a narrativa ‘pessoal’, espontânea, fruto de nossa memória – é repleta de seleções, inevitáveis recortes que, por uma impossibilidade semiótica¹, não invalidam o seu grau de veracidade.

Ou seja, pode-se inferir que nosso olhar sobre a história é sempre parcial, fragmentado, condicionado ideologicamente, mas que tal constatação não a desautoriza enquanto relato verídico sobre nossos eventos. Assumir o relato histórico como narrativa cercada de recortes feitos por seus sujeitos não a coloca como uma ficção; conforme postulado por Veyne, “não se trata de pretender que ela é subjetividade, perspectivas (...), que os fatos históricos não são coisas, que o homem se compreende e não se explica que, dele, não é possível haver ciência” (id, p. 11-12). O conhecimento que temos da vida do mundo, dos fenômenos reais que têm o homem como ator central, é – e só assim poderia ser – um registro condicionado sempre pela subjetividade de quem observa os fatos e os relata; a história trata-se, portanto, de “um romance real”² (ibid).

Ao assumir a inevitabilidade de que o olhar estabelecido sobre os eventos históricos seja sempre parcial e ideologicamente estruturado, podemos propor alguns pressupostos para se iniciar uma discussão na disciplina de História da Comunicação. Trata-se, portanto, de uma tentativa de aproximar-nos de certas especificidades do relato histórico voltado a narrar a trajetória dos meios, condicionando certas escolhas que têm sido feitas pelos historiadores que estudam os processos midiáticos. Intenta-se aqui, portanto, contemplar algumas constantes que permeiam a seleção de certos fatos como merecedores de serem recontados e discutidos como marcos nessa narrativa histórica, explicitar certas continuidades a perpassar os eventos centrais das mídias, e identificar e discutir possíveis enganos comumente repetidos pelos discentes.

O estudo sistemático da História da Comunicação é entendido aqui como essencial na formação discente, visto que possibilita uma compreensão menos passiva dos fenômenos comunicacionais, de forma a inibir a crença e repetição de

¹ Refere-se aqui ao conceito de objeto dinâmico, conforme cunhado por Peirce (1877/ 2008), definido como a totalidade de qualquer fenômeno, a qual os signos tendem (de forma sempre falível e contínua) a revelar. Esse fator externo e potencial de toda representação é infinitamente remoto – pois a experiência histórica nunca pode ser remontada ou captada em sua totalidade, apenas por seus recortes.

² A premissa de Veyne ao aproximar a história do romance é considerá-la uma narrativa que muito se aproxima à literatura, porém sob uma condição: “é preciso que tudo o que nele (*o campo da história*) se inclua tenha, realmente, acontecido” (1998, p. 25). A questão do índice inicial de um texto (que ele se assuma como relato histórico, por exemplo) é, antes de uma convenção, uma fronteira intransponível a todo discurso. Um sintoma interessante da promessa do *index* original de um texto é a obra *O filho eterno*, lançado pelo escritor Cristóvão Tezza em 2007, vencedor no mesmo ano do prêmio de melhor livro de ficção pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). Claramente auto-biográfico, o livro isenta seu autor de certas cobranças de veracidade ao assumir-se e categorizar-se como ficcional.

máximas do senso comum sem respaldo na reflexão científica. Como exemplo, um dos lugares-comuns mais repetidos pelos alunos – e pela instância de recepção dos media, de modo geral, e mesmo pela crítica acadêmica³ – é o argumento fácil de entender a televisão como veículo ‘menor’, destinado aos formatos e discursos entendidos como ‘apelativos’, que ‘não dizem nada’. A análise da História da Comunicação faz-nos reconhecer que tal crítica não é exclusiva do meio televisivo, pois todos os meios são considerados degradantes e corruptos assim que surgem e, como observou McLuhan, só são valorizados após sucedidos, pois “o novo transforma seu predecessor em forma de arte” (2002, p. 12). Uma reflexão passível de ser feita na disciplina, como forma de desconstrução de tal lugar-comum, avesso a qualquer posição crítica, é analisar as origens dessa asserção e tencionar aproximações às razões pelas quais a televisão nos parece até hoje o meio mais difícil de ser tornado arte.

Em seguida, identifica-se alguns argumentos falaciosos comumente trazidos ao se iniciar uma discussão sobre a História da Comunicação. Tratam-se de raciocínios assumidos de forma fácil, porém abstraídos de uma verificação típica do método científico, o qual deveria ter excelência no debate em instituições de ensino superior – ainda que, na vida cotidiana, seja mais cômodo repetir as máximas do senso comum⁴. Além de oferecer contra-argumentações a certos erros recorrentes na discussão sobre a narrativa histórica, intenta-se ainda indicar propostas de caminhos pedagógicos a serem seguidos ao longo do estudo da disciplina. São apontados, logo abaixo, quatro tópicos que sistematizam a arguição proposta aqui.

a) Uma das máximas a definir o recorte realizado pela narrativa factual histórica é a de que *a história fala dos eventos que não acontecem duas vezes*. De fato, à história interessa muitas vezes eventos que podem se repetir, e o porquê de seu caráter de lei. Diz respeito ao relato histórico a compreensão de fenômenos que ocorrem duas vezes, tentando apreender a “constante escondida” (Veyne, 1998, p. 17) por trás dos fatos.

No que concerne à história da comunicação, em especial, a percepção dessas continuidades existentes entre os fenômenos midiáticos torna-nos menos propensos a proferir críticas inócuas. Os modos de entendimento dos meios de comunicação tendem a se repetir, e todos os veículos (do rádio à internet, da televisão ao cinema) receberam denúncias com padrões semelhantes. Mesmo os romances – cujo meio técnico ‘livro’ é considerado talvez o receptáculo máximo da expressão artística de boa qualidade – foram temidos em razão de seus possíveis efeitos nocivos. Da

³ Serve como sintoma da histórica desconsideração prescrita à televisão pela crítica acadêmica (especialmente a brasileira) a já clássica reflexão de Arlindo Machado em *A televisão levada a sério* (2000). De maneira sóbria, o autor postula que “a televisão é e será aquilo que fizermos dela” (p. 13), e condena a visão corriqueira sobre o meio como algo congenitamente bom ou mau; curiosamente, quando parte para a análise empírica de produtos televisivos de qualidade, traz como exemplos apenas programas consensualmente artísticos e vanguardistas, subentendendo-se a descartabilidade da produção corriqueira.

⁴ Conforme a (clássica) reflexão de Peirce, ao inferir sobre a superioridade do método científico: “Ser lógico quanto a assuntos práticos é a qualidade mais útil que um animal pode possuir, e pode, conseqüentemente, resultar da ação da seleção natural; mas fora disto é provavelmente mais vantajoso para o animal ter a sua mente cheia com visões agradáveis e encorajadoras, independentemente da sua verdade” (1877/ 2008).

mesma forma que hoje se teme a web como uma ameaça à qualidade do jornalismo⁵, temeu-se, no século XVII, as conseqüências da difusão da imprensa e “daquela horrível quantidade de livros que cresce sem cessar” (Giovannini, 1987, p.19).

Para Briggs e Burke, “alunos de comunicação, por exemplo, deveriam saber que alguns fenômenos da mídia são mais antigos do que em geral se imagina” (2004, p. 14). Esse processo ‘recuperativo’ entre os meios é claramente observado, por exemplo, na oralidade perdida durante a Galáxia de Gutenberg (o período em que a imprensa e a palavra escrita e reproduzida mecanicamente foram emergentes) e retomada na era eletrônica, simbolizada pela televisão, rádio e cinema (McLuhan, 2002). Nesse sentido, a atual era eletrônica, segundo o autor, recupera propriedades midiáticas vinculadas à palavra falada e cantada – como as capacidades corporais de ver, ouvir e sentir e a experimentação coletiva de mensagens –, originadas nas culturas orais e manuscritas e que foram perdidas com a disseminação da imprensa. O estudo da História da Comunicação, portanto, faz-nos compreender que os meios dificilmente são inaugurais, e recuperam formas de entendimento e modos de percepção perdidos – ou adormecidos – pelos meios antecessores. Da mesma forma, constatamos que raramente um meio se encerra⁶. Como observou McLuhan, cada mídia inserida na sociedade força sua antecessora a procurar novas funções, assim como recupera o conteúdo da anterior: o conteúdo da escrita é a fala, da imprensa é a escrita, da televisão é o cinema (id).

Ainda assim, seria limitante resignar à narrativa factual histórica apenas aos eventos com caráter repetitivo ao longo do tempo; a história interessa-se não apenas pelo que há de constante nos fenômenos, mas também contempla o “espetáculo do mundo” (Veyne, 1998, p. 17), o curioso, o anedótico. Sendo narrativa repleta de seleções, ela costuma relacionar os fatos pela diferença, pelo que *a priori* não conhecemos. Ao observar a Europa durante o século XV, os historiadores não narrarão como eram fisicamente os alemães, mas sim que um de seus indivíduos aperfeiçoou um mecanismo que culminaria em uma verdadeira revolução. Da mesma forma, a história terá como um dos grandes temas a mutabilidade dos valores ao longo do tempo – assim, interessará saber qual era o caráter dos primeiros jornais, constatando que os padrões do discurso jornalístico (tanto os modelos textuais quanto os ideais buscados na prática, como os valores de imparcialidade e pluralidade de vozes) são recentes e, portanto, transitórios, processuais.

b) Uma falácia por vezes repetida sobre a constituição da narrativa histórica é a de que *nosso afastamento espaço-temporal dos fatos nos impossibilita de compreender de modo eficiente os fenômenos*. Sendo um relato fragmentado de

⁵ Essa posição é bem exemplificada pela obra *Comunicação e Jornalismo: A Saga dos Cães Perdidos*, de Ciro Marcondes Filho, na qual se considera a atual prática jornalística, permeada pelo advento das novas tecnologias, como “um outro mundo, que mal deixa entrever os sinais do que se convencionou chamar no passado de ‘jornalismo’” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 31).

⁶ A história dos almanaques, analisada por Park (1999), é um bom exemplo da readaptação dos meios de comunicação frente às inovações. Ainda que os almanaques sejam um formato praticamente inexistente hoje, sua função – a leitura enciclopédica, não-linear, utilitária – permanece nos modos de consulta realizados na Internet.

eventos reais, ela não nos faz reviver os fenômenos em sua completude; “como um romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos”⁷ (id, p. 18). Ou seja, a síntese concretizada pelo relato histórico não significa que ele seja mentiroso ou distorcido.

O afastamento irreversível dos fatos – temporal e experimentalmente – não necessariamente nos distancia do conhecimento desses fenômenos, como se a memória fosse espaço natural para o engano e distorção da realidade⁸. Se tal premissa fosse verdadeira, teria que se assumir a impossibilidade de todo tipo de relato histórico. De fato, não teríamos uma visão mais completa da revolução da imprensa caso estivéssemos ao lado de Gutenberg, no momento em que desenvolveu os tipos móveis. Não seríamos melhores testemunhas do evento que o historiador que, 500 anos depois, analisou-o através de documentos. O distanciamento da narrativa histórica é salutar, e possibilita-nos uma análise dos processos a partir de suas conseqüências, que só podem ser constatadas em longo prazo.

A natureza seletiva inerente a todo relato histórico ainda acarreta que seus recortes nem sempre sejam lineares. A perspectiva do presente é imprescindível e inevitável ao olhar que se coloca sobre o passado. Ao observarmos a história da imprensa alternativa brasileira, nosso ponto de vista sobre o período é algo idealizado⁹, posicionamento que fica claramente explícito nos textos que pretendem analisar o jornalismo concretizado àquela época – nosso olhar sobre os anos de ditadura, por exemplo, é muito mais voltado a tentar compreender (e simpatizar) os jornais de oposição que os de situação. Tal envolvimento – tantos dos produtores dos relatos históricos quanto de seus receptores – é inevitável e irreversível. Em contrapartida, tais posicionamentos devem ser sempre revisados, na busca de novas interpretações para os eventos passados. Para o historiador Eric Hobsbawn, a impossibilidade de desconexão com o presente impede que a narrativa histórica assuma posições monolíticas, definitivas; o discernimento possibilitado pelo afastamento temporal deve servir para que os processos históricos sejam repensados (Gebara, 2008).

c) Um argumento normalmente sustentado por alunos de graduação (muitas vezes, recém egressos do ensino médio) é a de que *a história trabalha apenas com grandes datas, que devem ser memorizadas ainda que não tenham verdadeiro interesse*. Valeria lembrar que, subjacente a essa entendida história oficial, há toda

⁷ Grifos nossos.

⁸ De fato, pode-se mesmo argumentar que não é incomum que pessoas experimentem o passado de forma mais vívida e imediata que o presente. Ransdell (2004) lembra que essa situação é muito comum em portadores de algumas enfermidades mentais. Pessoas com Mal de Alzheimer, por exemplo, tendem a viver o ontem mais lucidamente que o hoje.

⁹ Esse viés romantizado de um acontecimento histórico é facilmente identificado no livro-reportagem *A Ilha*, publicado em 1976 por Fernando Morais, sobre o regime socialista cubano. Produzido em plena época de repressão militar, a obra jornalística é claramente exaltada pela situação de Cuba à época, o que a tornou um sucesso editorial e um dos livros mais referenciados pela esquerda política brasileira.

Pressupostos para uma discussão sobre História da Comunicação

uma história de pequenos fatos que, observados em pequena escala, trazem-nos pistas fundamentais ao entendimento dos grandes eventos do mundo.

Dessa forma, interessa-nos a história de Menocchio, o humilde moleiro italiano que, no século XVI, foi interrogado e morto pela Inquisição por creditar a origem do universo, da vida e mesmo de Deus a uma massa apodrecida, surgida do caos formado da mistura de terra, água, ar e fogo, assim “como do leite se produz o queijo” (Ginzburg *apud* Thompson, 1998, p. 11). O episódio importa particularmente não tanto pela especificidade da vida de alguém, condenado por razões consideradas hoje absurdas por nós (ainda que essa seja uma razão legítima para que a história atente-se em contá-la), mas sim pelo que ela simboliza em termos da macro-história. O caso de Menocchio nos traz pistas para a compreensão das conseqüências de um amplo processo, que é a difusão das máquinas impressoras ao longo da Europa.

Mais do que simples tecnologia, a imprensa carregou consigo transformações sociais, tornando os textos independentes de seus autores e fazendo nascer uma geração de leitores silenciosos (Manguel, 1997); como conseqüência, pessoas de origens modestas, como Menocchio, tiveram acesso aos mais diversos discursos, tornando-se livres das interpretações impostas pelas autoridades (como a religiosa, no exemplo mais evidente) e independentes para chegar às suas próprias conclusões.

Assim, o célebre moleiro deve ser visto como “o precursor de uma nova era na qual as formas simbólicas iriam extravasar muito além dos locais compartilhados da vida cotidiana, e na qual a circulação de idéias não estaria mais restrita ao intercâmbio de palavras em contextos de interação face a face” (Thompson, 1998, p. 12). A partir de uma micro-história, aprecia-se um *corpus* privilegiado para entendermos os resultados de dois grandes eventos: a revolução da imprensa, que “lhe permitiu (a *Menocchio*) confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido”, e a Reforma Protestante, que “lhe deu a audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos, inquisidores” (Ginsburg, 2006, p. 25).

Em contrapartida, as datas não podem ser descartadas, mas devem sim ser consideradas como marcos úteis para a compreensão de certos processos. O ano entendido como marco da invenção da imprensa por Gutenberg (1450), por exemplo, nos ajuda a capturar certas especificidades do processo de instalação do jornalismo no Brasil, cuja imprensa só seria autorizada em 1808. Pode-se especular, possivelmente, sobre a defasagem do jornalismo surgido no país em relação à Europa, que já conhecia a reprodução mecânica das idéias há cerca de 200 anos.

d) Convém ainda observar que interessa ao estudo da História da Comunicação não apenas os grandes eventos midiáticos, mas também *os modos de relacionamento que mantivemos com os meios e suas mensagens ao longo do tempo*. Ainda que boa parte dos esforços dos historiadores concentre-se em contemplar os fenômenos sob a esfera da produção, entendemos os processos comunicacionais também pelas mudanças ocorridas na instância da recepção e decodificação das mensagens.

Há uma história da leitura, tantas vezes desconsiderada, que envolve vários estilos consolidados entre 1500 e 1800, conforme observado por Briggs e Burke (2004, p. 69); examiná-los possibilita-nos refletir sobre os modos como entendemos

Pressupostos para uma discussão sobre História da Comunicação

e empregamos os meios de comunicação ao longo dos séculos, o que nos mostra que seus usos não são estáticos (e mesmo tão inaugurais, em épocas de hipertexto e suas formas de leitura enciclopédica), mas sim transitórios, processuais. Tal discussão remete-nos a questão (ainda controversa e inconclusa) do determinismo tecnológico: será que um meio consegue determinar seu uso, ou esse uso é direcionado pelos atores sociais que fazem proveito dele? “A leitura estimula a empatia com os outros ou o isolamento em um mundo particular” (id, p. 23)? Por fim: podemos efetivamente conferir os resultados dos eventos comunicacionais?

Ainda que polêmica, a questão é particularmente interessante por evidenciar que as sociedades encontram-se em constante aprendizado dentro das linguagens das mídias. O episódio clássico da Guerra dos Mundos, a radionovela concretizada por Orson Welles em 1938, serve como exemplo para analisarmos o aprendizado dos receptores dentro dos meios. Ainda que tais ouvintes nos pareçam hoje talvez ingênuos¹⁰, uma discussão a ser estimulada na disciplina de História da Comunicação é a observação da processualidade de nossa experiência com as mídias. Convém constatar, por exemplo, que seguimos em constante educação em certas linguagens, tendendo a reagir com rejeição quando elas são inovadas. Como sintoma desse fenômeno, pode-se citar, por exemplo, os filmes do diretor americano David Lynch¹¹, que quebram uma sintaxe esperada à linguagem cinematográfica e oferecem um cinema que se processa como uma experiência audiovisual, antes que a narração de uma história convencionalmente estruturada.

Tais tópicos são propostos como pontos de partida para um debate a ser instigado ao longo do semestre letivo, proporcionando que a disciplina efetivamente desempenhe sua função, a de incitar a formação do discernimento crítico frente aos meios de comunicação. A partir da experiência pedagógica de lecionar o curso semestralmente durante três anos, entende-se que o conhecimento de História da Comunicação possui uma função central na formação dos estudantes-jornalistas, em razão de possibilitar uma visão mais criteriosa e menos ingênua sobre os fenômenos comunicacionais. Como constatado por vários autores, para compreendermos a(s) história(s) das sociedades, torna-se inevitável analisar as projeções e conseqüências das redes de comunicação ao decorrer de sua instalação. Na fala de Thompson, “se quisermos entender a natureza da modernidade – isto é, as características

¹⁰ No episódio referido, Orson Welles transmitiu um programa radiofônico no qual narrava o romance de ficção científica *A Guerra dos Mundos*, do inglês H.G.Wells. Após a transmissão, constatou-se que um em cada cinco ouvintes não notou que se tratava de obra de ficção, e acreditou que a Terra estava realmente sendo invadidas por marcianos. O episódio teria causado acidentes, prejuízos e mesmo tentativas de suicídio (Meditsch, 1998)

¹¹ A mais recente obra do cineasta, *Império dos Sonhos* (2007), extrapola os limites de uma narrativa estruturada; é definido pela crítica como uma “experiência sensorial única”, na qual “nem mesmo um fiapo de trama chega a adquirir consistência” (Carlos, 2007). Essa experimentação com a linguagem já havia sido tentada, de forma menos radical, em outro filme de Lynch, *Cidade dos Sonhos* (2001) – curiosamente, a resposta imediata de boa parte do público foi tentar reconhecer ali uma sintaxe com a qual já possuía familiaridade: “muita gente perdeu tempo construindo hipóteses que pretendiam esclarecer aquele labirinto, lançar uma luz racional dentro dele, em suma, arrancar dali a aura do mistério” (id). A idéia de um filme como experiência sensorial parece concretizar, por fim, a máxima de McLuhan (2002) ao entender os meios como extensões do homem, capazes de proporcionar novas formas de percepção.

Pressupostos para uma discussão sobre História da Comunicação

institucionais das sociedades modernas e as condições de vida criadas por elas – devemos dar um lugar central ao desenvolvimento dos meios de comunicação e seu impacto” (1998, p. 12). Cabe ao docente oferecer as ferramentas necessárias para uma análise competente dos processos midiáticos.

Referências

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARLOS, C. S. **Lynch cria experiência sensorial única.** Folha Ilustrada, Folha de São Paulo. São Paulo, 19 de outubro de 2007, p. 7.

GEBARA, A. *A história escreve-se do presente.* Revista Ciência e Cultura. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n4/a30v55n4.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2008.

GINSBURG, C. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIOVANNINI, G. (org). **Evolução na comunicação:** do sílex ao silício. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério.** São Paulo: SENAC, 2000.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker Editores, 2002.

McLUHAN, M (1964). **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 2002.

MEDITSCH, E. (org). **Rádio e pânico:** a Guerra dos Mundos, 60 anos depois. Florianópolis: Insular, 1998.

MORAIS, F. **A ilha:** um repórter brasileiro no país de Fidel Castro. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987.

PARK, M. P. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil.** Campinas: Mercado das Letras, 1999.

PEIRCE, C. (1877) *A fixação da crença.* Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/peirce-charles-fixacao-crenca.html>. Acesso em 03 de fevereiro de 2008.

RANSELL, J. (2004) *The epistemic function of iconicity of perception.* Arisbe, The Peirce Getaway. Disponível em <http://members.door.net/arisbe>. Acesso em 20 de agosto de 2004.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

Pressupostos para uma discussão sobre História da Comunicação

VEYNE, P. **Como se escreve a história.** Brasília: UnB, 1998.